

# Estudo Técnico Preliminar 31/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: SEI 1996/2025

## 2. Objetivo

2.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Preliminares identificar o problema e examinar as soluções aplicáveis por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para a elaboração de Termo de Referência de aquisição de 02 (dois) veículos automotores elétricos zero-quilômetro, à luz do disposto no art. 18, I e § 1º da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

## 3. Descrição da necessidade

3.1. A Seção de Gestão de Transportes/COPAT/SAOF tem entre as suas atribuições previstas no art. 52-E da Resolução TRE/RN nº 5, de 20/03/2012 (Regulamento da Secretaria), alterada pela Resolução TRE/RN nº 106, de 23/05/2023:

“V - Promover o transporte de autoridades, servidores, processos, materiais, mobiliários e equipamentos.”

[...]

“X – Sugerir e fundamentar a justificativa de alienação, substituição ou aquisição de novos veículos”.

3.2. Os presentes estudos visam encontrar uma solução para as necessidades de deslocamento de passageiros, documentos, materiais e equipamentos em missões rotineiras na área da Capital e Região Metropolitana. As atividades da SETRAN têm um papel crucial na logística de deslocamentos para essas regiões, e um bom sistema de transporte institucional contribui para a eficiência na prestação do serviço público.

3.3. A previsão do desfazimento, por meio de doação (SEI 10948/2024), de cinco veículos da frota que usualmente atendem essas demandas reforça o caráter urgente e inadiável da contratação em apreço.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Gestão de Transportes	48114391472

## **5. Descrição dos Requisitos da Contratação**

### **5.1. REQUISITOS ORÇAMENTÁRIOS.**

5.1.1. O valor previsto para esta contratação se acha consignado no PCA 2025 no montante de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), conforme Código STR.XOO\_25.06.

5.1.2. Caso o valor previsto seja ultrapassado, o TRE/RN deverá providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença

### **5.2. REQUISITOS TÉCNICOS.**

5.2.1. A empresa licitante deverá ofertar veículos que, além de atender às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, deverá cumprir os requisitos relacionados neste tópico.

5.2.1.1. Os veículos ofertados deverão ser zero-quilômetro, originais de fábrica, ano/modelo igual ou posterior à data de realização do pregão, primeiro emplacamento e em perfeitas condições de manutenção, uso e dirigibilidade.

5.2.1.2. A contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas com impostos, fretes, inclusive para troca, taxas, contribuições, transportes, entregas e quaisquer outros custos resultantes da entrega dos veículos, sem qualquer ônus para o Contratante.

5.2.1.3. A contratada deverá fornecer todos os manuais e catálogos dos veículos, editados em português, bem como o catálogo da rede autorizada em condições de realizar a manutenção.

5.2.1.4. Os veículos deverão estar com todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pela legislação em vigor.

5.2.1.5. O fornecedor deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e de 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11/09/1990), considerando que a Administração figura aqui como consumidor.

5.2.1.6. A Contratada deverá apresentar certificado de garantia emitido pelo fabricante.

### **5.3. REQUISITOS TEMPORAIS.**

5.3.1. Os veículos devem atender aos padrões exigidos pela legislação brasileira em vigor e serem entregues nesta Capital em até 60 (sessenta) dias corridos contados do envio da nota de empenho, com o Certificado de Registro e Licenciamento de veículo (CRLV) em nome do TRE/RN, emplacados como veículo oficial da União e com todas as taxas do DETRAN pagas.

### **5.4. REQUISITOS GEOGRÁFICOS E OPERACIONAIS**

5.4.1. O fornecedor não precisa estar sediado no Rio Grande do Norte.

5.4.2. O fabricante deverá prestar assistência técnica dos veículos em rede credenciada na cidade de Natal/RN e/ou Região Metropolitana.

### **5.5. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE.**

5.5.1. A solução pretendida deve atender aos requisitos de sustentabilidade previstos para as contratações públicas.

5.5.2. A contratada deve adotar práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis ao fornecer o produto, incluindo: uso racional de água, economia de energia elétrica, separação de resíduos e materiais recicláveis, tendo em vista a otimização de recursos e a minimização da poluição ambiental.

## 5.6. REQUISITOS FISCAIS, TRABALHISTAS E ADMINISTRATIVOS.

5.6.1. A empresa licitante e contratada deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Tais condições devem ser mantidas durante todo o período da contratação, sob pena de rescisão contratual

5.6.2. A empresa licitante e contratada também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e junto ao Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas), com manutenção dessa condição durante a execução contratual.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1. A aquisição dos veículos é uma proposição da Seção de Gestão Transportes/COPAT/SAOF, unidade responsável pela gestão da frota oficial. Antes de sugerir a aquisição de novos veículos, a equipe de planejamento lotada na SETRAN considerou algumas opções como o serviço TaxiGov e a locação de veículos, mas concluiu que essas possibilidades são inviáveis devido a questões de segurança, eficiência e custo.

6.2. Além do que, o fato de o Tribunal já contar com uma frota própria e numerosa de veículos e a inequívoca capacidade do órgão de gerenciar eficientemente suas atividades de transporte também afastam a adoção de soluções que não considerem a possibilidade de aquisição dos bens pretendidos.

6.3. Estes estudos visam demonstrar a viabilidade técnica e econômica de soluções que atendam a necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e de promover medidas de sustentabilidade na gestão de transportes.

6.4. Veículos novos poluem menos e são menos danosos para o meio ambiente. Com os avanços da tecnologia de carros elétricos e híbridos, a Administração pode optar por adquirir veículos mais ecológicos, contribuindo para a redução de Gases do Efeito Estufa (GEE) e promovendo práticas ambientalmente conscientes. Com base nesse entendimento, a Administração aderiu ao projeto Justiça Carbono Zero, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de reduzir a pegada de carbono e promover a sustentabilidade no Poder Judiciário, e elaborou o seu Plano de Descarbonização com base nas disposições da Resolução CNJ nº 594/2024. De acordo com o documento, “as ações visando a neutralização de emissões de Gases de Efeito Estufa que sejam indicadas no Plano de Descarbonização comporão o Plano de Logística Sustentável do TRE-RN. As metas do Programa que forem delineadas para o período 2025-2030 constarão nas edições bienais do PLS, e as iniciativas correspondentes passam a fazer parte do Plano de Ações anual, a contar de 2025”. Uma das medidas aventadas pelos gestores foi a

aquisição de veículos elétricos para compor a frota do órgão. Essa iniciativa se alinha com as diretrizes do CNJ para uma Justiça mais sustentável, sendo a aquisição de veículos elétricos uma medida concreta para alcançar esses objetivos e contribuir para a proteção do meio ambiente.

6.5. O Tribunal de Contas da União - TCU recebeu, em 22/10/2024, seis veículos 100% elétricos da montadora BYD. De acordo com matéria publicada no site daquele Tribunal, os veículos foram fornecidos sem custo, em regime de comodato e serão utilizados para representação institucional dos ministros da Corte, como parte do Programa de Logística Sustentável - PLS do TCU, órgão que desde 2015 adota práticas de sustentabilidade e incentiva o uso de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente. (<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-recebe-novos-veiculos-eletricos-em-iniciativa-sustentavel>).

6.6. Nos certames para aquisição de veículos zero-quilômetro é comum haver conflitos entre concessionárias de fabricantes ou montadoras e revendedoras multimarcas em relação ao conceito do que é veículo zero-quilômetro. Enquanto as concessionárias invocam o art. 12 da Lei 6.729, de 28/11/1979, conhecida como Lei Ferrari, para afastar revendedoras não autorizadas da disputa, as revendedoras sustentam que veículo zero-quilômetro é o não usado. O TCU tem se posicionado no sentido de que a aceitação somente de concessionárias nos processos licitatórios, através da restrição do conceito de veículo zero-quilômetro, ofenderia os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da isonomia e da impessoalidade e a livre concorrência (Acórdão 1015/2022 TCU – Plenário). No mesmo sentido dispõe o Acórdão 10125/2017-TCU - Segunda Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes).

6.7. Assim, considerando o princípio da competitividade, estabelecido no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, quanto maior o número de licitantes, maior é a probabilidade de as propostas contemplarem preços mais vantajosos para a Administração Pública. Portanto, deve ser permitida a participação tanto de concessionárias quanto de revendedoras multimarcas de veículos zeroquilômetro na licitação.

## **7. Descrição da solução como um todo**

7.1. A solução consiste na aquisição de dois veículos elétricos com capacidade de carga no porta-malas de pelo menos 220 litros, tendo em vista a necessidade constante de locomoção de servidores e de pequenas quantidades de materiais e equipamentos dentro da área da capital e Região Metropolitana.

7.2. A solução apontada baseia-se na necessidade de garantir a condução de usuários para as mais diversas atividades profissionais e o transporte de pequenas cargas de maneira rápida, segura e confiável.

7.3. A aquisição de dois veículos com essas características atende ainda à necessidade de renovação parcial da frota, considerando a previsão de desativação mediante desfazimento cinco veículos nos próximos meses.

7.4. O Termo de Referência oferecerá maior detalhamento das especificações técnicas.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A quantidade de veículos foi definida considerando a previsão de desfazimento de cinco veículos da frota atual que são considerados ociosos ou antieconômicos (4 Chevrolet Spin e 1 Fiat Doblô).

8.2. Sendo assim, espera-se que a aquisição de 2 (dois) veículos, conforme propõem estes estudos, contribua para a otimização das atividades da Seção de Gestão de transportes.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 318.777,00

7.1. O valor estimado foi obtido com base em consulta à tabela FIPE para modelos zero quilômetro dos principais fabricantes disponíveis no mercado nacional, conforme tabela abaixo:

Fabricante	Modelo	Valor unitário	Quantidade	Valor total
BYD	Dolphin EV (elétrico)	R\$ 159.777,00	2	R\$ 319.554,00
GWM	Ora 03 Skin (elétrico)	R\$ 159.000,00	2	R\$ 318.000,00
Média		R\$ 159.388,50		R\$ 318.777,00

Fonte: <https://veiculos.fipe.org.br> (/Tabela FIPE, em 18/03/2025)

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Por se tratar de item único e não divisível a ser licitado (dois veículos com as mesmas características e finalidades), o parcelamento da solução não se aplica à aquisição em apreço.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações correlatas em andamento com repercussão nesta demanda. Entretanto, a Administração por meio da Seção de Engenharia- SENGE deverá examinar a possibilidade de instalação de estações de carregamento de baterias nas dependências do Tribunal, tendo em vista a autossuficiência do órgão nas operações de recarga. Importa destacar que o advento da tecnologia dos elétricos ensejou o aparecimento em diversos pontos da cidade dos chamados eletropostos, locais onde os usuários desses veículos têm acesso a dispositivos homologados de carregamento rápido e gratuito da bateria, de maneira que o Tribunal, numa emergência, também poderá contar com esse serviço.

11.2. De acordo com os fornecedores dos modelos de referência desta contratação, os veículos são entregues com um kit de carregamento denominado "wall box", cuja instalação é de responsabilidade do proprietário do automóvel. Consultada a respeito da instalação dos dois kits no Centro de Operações da Justiça Eleitoral - COJE, a SENGE estimou em R\$ 11.780, 82 o custo do serviço.

11.2. Deve ser mantida a contratação de gestão de frota para os serviços de lavagem e de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, além do contrato de fornecimento de motoristas e o de seguro automotivo. Em relação a este último, a fiscalização deverá encaminhar o necessário endosso da apólice vigente.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

12.1. A aquisição tem respaldo no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, conforme código da demanda STR.XOO\_25.06.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1. Almeja-se com a contratação a otimização dos recursos públicos empregados na estruturação e manutenção da frota de veículos oficiais deste Tribunal, tendo em vista ganhos em efetividade, conforto, segurança e confiabilidade no atendimento das constantes demandas administrativas e judiciais, além da expectativa de benefícios em termos de sustentabilidade e economia, considerando que veículos novos têm manutenção mais econômica e os de propulsão elétrica são uma opção mais ecológica e não consomem combustível.

## **14. Providências a serem Adotadas**

14.1. Todos os contratos necessários para a utilização regular da frota de veículos estão vigentes e o licenciamento e a entrega do produto ficarão a cargo da empresa vencedora.

14.2. Cabe ainda ao Tribunal incluir os veículos na lista de bens abrangidos pelo contrato regular de seguro.

14.3. Conforme já mencionado no item 11 deste Estudos, os modelos de referência são entregues ao comprador do veículo acompanhados de um kit de carregamento de bateria denominado "wall box", a ser instalado em uma parede. De acordo com as concessionárias, o tempo de recarga nesse dispositivo é de cerca de 6 (seis) horas. Cabe ao Tribunal fazer a instalação dos equipamentos e arcar com os custos da execução do serviço.

## **15. Possíveis Impactos Ambientais**

15.1. Para esta contratação foi dada preferência a veículos de propulsão elétrica, os quais são incomparavelmente mais vantajosos ambientalmente em relação aos veículos convencionais, por serem livres de emissão de substâncias que causam o aquecimento global e agravam a mudança climática e por não causarem poluição sonora, evidenciando alinhamento e conformidade com as disposições que regem a prática da sustentabilidade em contratações públicas.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

### 16.1. Justificativa da Inviabilidade

Considerando a necessidade da contratação que se tenciona demonstrar nestes Estudos Preliminares, concluímos pela viabilidade técnica e econômica, como também pela razoabilidade da solução apontada no subitem 5.1.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELLO CORREIA DE CASTRO**

Integrante da equipe de planejamento da contratação



*Assinou eletronicamente em 25/04/2025 às 11:15:53.*